

ATA NÚMERO 49/XIII (2.ª)

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência à ANIR, Associação Nacional de Imprensa Regional, para apresentação da Associação, bem como do seu plano de atividades e propostas que visam a modernização e manutenção de um setor da imprensa fundamental à aproximação dos cidadãos à vida das suas comunidades, incluindo comunidades residentes no estrangeiro e noutras regiões do País, promovendo também a leitura de jornais e o processo democrático local e regional, outrossim a transparência e escrutínio da administração pública.
2. Informações:
3. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão;
4. Apreciação e votação do parecer relativo aos Relatórios de Regulação e de Atividades e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, (ERC) referentes a 2014 e 2015:
 - Autora do parecer: Deputada Helga Correia (PSD)
5. Apreciação e votação do parecer relativo à [proposta de lei n.º 36/XIII \(2.ª\)](#) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017:
 - Autora do parecer: Deputada Gabriela Canavilhas (PS)

6. Apreciação e votação do parecer relativo à [proposta de lei n.º 37/XIII \(2.ª\)](#) — Orçamento do Estado para 2017;

- Autor(a) do parecer: Deputado Pedro Pimpão (PSD)

7. Apreciação e votação do relatório da [Petição n.º 150/XIII \(1.ª\)](#) — “Portugal também para os portugueses”.

- Relatora: Deputada Susana Lamas (PSD)

8. Outros assuntos.

Antes de se iniciarem os trabalhos, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) solicitou que a apresentação do seu parecer passasse para primeiro ponto da Ordem do Dia.

Não se tendo registado qualquer objecção por parte dos Senhores Deputados, a Senhora Presidente da Comissão deu então a palavra à Senhora Deputada Helga Correia (PSD).

4. Apreciação e votação do parecer relativo aos Relatórios de Regulação e de Atividades e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) referentes a 2014 e 2015

Entrando neste ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) fez a apresentação dos [Relatórios de Regulação e de Atividades e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social \(ERC\) referentes a 2014 e 2015](#), que, uma vez submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

1. Audiência à ANIR, Associação Nacional de Imprensa Regional, para apresentação da Associação, bem como do seu plano de atividades e propostas que visam a modernização e manutenção de um setor da imprensa fundamental à aproximação dos cidadãos à vida das suas comunidades, incluindo comunidades residentes no

estrangeiro e noutras regiões do País, promovendo também a leitura de jornais e o processo democrático local e regional, outrossim a transparência e escrutínio da administração pública

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da ANIR, Eduardo Costa (Correio de Azeméis, de Oliveira de Azeméis, e O Regional, de São João da Madeira), Presidente da ANIR, Maria do Carmo Bica (Gazeta da Beira, de S. Pedro do Sul), Álvaro Neto (Gazeta Paços de Ferreira, de Paços de Ferreira), Paulo César Simões (Pombal Jornal, de Pombal), Fernando Reis (Jornal do Algarve, de Vila Real de Santo António), Isaac Correia (Alto Alentejo, de Portalegre), Filipe Ribeiro (Notícias de Aguiar, de Vila Pouca de Aguiar), explicou a metodologia dos trabalhos, indicou a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da ANIR para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Eduardo Costa começou por salientar que a Associação nasceu em fevereiro de 2016 para defender a imprensa regional e representar os seus interesses, reunindo 17 dos jornais mais representativos de todos os distritos do País, dando a conhecer às comunidades aquilo que se passa nas suas regiões e a oportunidade dos cidadãos participarem na discussão dos problemas que só a eles dizem respeito, contribuindo, dessa forma, para a existência de uma participação ativa de todos e para a transparência dos atos dos seus concelhos.

Frisou que a Associação defende a existência de uma imprensa local e regional independente, organizada e profissionalizada e que o estudo feito recentemente pela ERC sobre a imprensa regional aponta para que 95% dos portugueses não pagaria nunca por um jornal digital, que 80% ficaria descontente se a imprensa regional desaparecesse e que 65% desses leitores só leem notícias da sua terra nos jornais regionais, dados bastante elucidativos da realidade existente a nível nacional.

Deixou também o apelo aos Deputados para que não deixem morrer a imprensa regional porque hoje já só restam 184 jornais, estando a desaparecer 10 a 15 por ano.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana

Ferreira (PCP) que colocaram várias questões, designadamente sobre a conjuntura a que está sujeita a imprensa regional; a contabilização dos desafios do mercado único digital com as necessidades de financiamento da imprensa regional; as dificuldades encontradas no que ao regime da transparência diz respeito; o número de jornalistas com carteira profissional; os meios de subsistência destes jornais e a sua periodicidade; o papel que a imprensa regional desempenha como impulsionadora da vida das comunidades e da vida cultural das regiões; e as dificuldades resultantes da quebra das receitas da publicidade.

No final, os representantes da ANIR responderam às questões colocadas, tendo dito que é imperioso modernizar este sector e adaptá-lo ao mundo digital; que estes órgãos de comunicação social não conseguem sobreviver se deixar de existir a versão em papel porque precisam de receitas publicitárias; que precisam do digital para vender mais jornais e mais publicidade e daí poderem afirmar que a internet não veio diminuir e, muito menos, substituir a imprensa escrita, havendo vários projetos de jornais digitais que estão a optar por editar também em papel para conseguir viabilizar os seus custos.

A documentação da audiência com as propostas apresentadas, incluindo a gravação vídeo, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

2. Informações:

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta à Comissão de que tinham baixado à Comissão de Trabalho e Segurança Social, com conexão com a 12.^a Comissão, os [projetos de lei n.ºs 323/XIII \(2.^a\)](#) — Altera o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos (Terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro) — e [324/XIII \(2.^a\)](#) — Regime de Segurança Social, reinserção profissional e seguro de acidentes de trabalho para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado —, questionando de seguida a Comissão se pretendia elaborar parecer para juntar ao da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Tendo os Senhores Deputados transmitido o seu ensejo de elaboração desses pareceres, os Grupos Parlamentares do PS e do PSD ficaram de indicar oportunamente o seu relator.

No âmbito da terceira parte deste ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente perguntou havia alguma retificação a apresentar ao relatório de progresso relativo à regulamentação das leis referente à 1.^a Sessão Legislativa da XIII Legislatura (23 de outubro de 2015 a 14 de setembro de 2016), não se tendo registado qualquer comentário.

Deu, de seguida, conhecimento do pedido de audiência recebido do Conselho Nacional de Juventude para apresentação das conclusões da auscultação feita aos jovens no âmbito do Diálogo Estruturado, tendo ficado acordado receber essa entidade na reunião da próxima semana da Comissão.

3. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão

A ata da reunião de 18 de outubro de 2106 foi aprovada por unanimidade.

5. Apreciação e votação do parecer relativo à proposta de lei n.º 36/XIII (2.^a) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) afirmou que as medidas previstas nas Grandes Opções do Plano para 2017 no âmbito das políticas culturais, vertente essencial dos processos de qualificação e modernização da sociedade portuguesa, davam a todos esperança e ânimo, registando-se a inversão de um ciclo que penalizou de uma forma particular o sector da cultura, e que o Governo assenta o seu projeto de desenvolvimento para esta área no conhecimento, na ciência, na educação e em alicerces bem diferentes dos delineados pelo anterior governo, estratégia essa que começou já a dar os seus frutos.

De seguida, fez a apresentação do parecer em si, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

6. Apreciação e votação do parecer relativo à proposta de lei n.º 37/XIII (2.ª) — Orçamento do Estado para 2017

Entrando neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou o [parecer](#) relativo ao Orçamento do Estado para 2017, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação do relatório da [petição n.º 150/XIII \(1.ª\) – Portugal também para os portugueses](#)

Usando da palavra, a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) fez a apresentação do [relatório final](#) da petição n.º 150/XIII (1.ª), tendo concluído não dever emitir qualquer juízo de valor sobre a pretensão formulada pelo peticionário, deixando essa faculdade ao critério individual de cada Deputado.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu que a petição em si expressa uma opinião reproduzida frequentemente, na medida em que, de facto, a cultura tem um custo relativamente elevado, custo esse que reflete não só o preço da própria produção cultural e da manutenção e preservação dos monumentos e museus mas também a aposta em novas exposições e novas atrações culturais. Nesse sentido, adiantou que cabe aos próprios decisores políticos encontrar formas de proteger o interesse dos cidadãos quanto ao acesso a esses bens culturais e daí o Grupo Parlamentar do PS ter apresentado, na atual Legislatura, o [projeto de resolução n.º 430/XIII](#) — «Recomenda ao Governo a implementação da gratuitidade do acesso aos museus e monumentos nacionais para jovens até aos 30 anos, durante os fins-de-semana e feriados —, que, de alguma forma, pode ter o efeito pedagógico de estimular as novas gerações a conhecer a sua História.

De seguida, a Senhora Presidente submeteu à votação o relatório final, que foi aprovado por unanimidade.

8. Outros assuntos

Não havendo outros assuntos, a reunião foi encerrada às 16 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A reunião foi gravada e o respetivo registo, que faz parte integrante da presente ata, está disponível para consulta na [página Internet](#).

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2016

A PRESIDENTE

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Gabriela Canavilhas
Helga Correia
João Torres
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Joel Sá
Maria Augusta Santos
Pedro Delgado Alves
Ricardo Leão
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
Luís Monteiro